



Sobre a culpa dos macacos: febre amarela, epidemia e intrusão

Cassandra Moira Costa Moura^[1]

RESUMO: O presente artigo dedica-se ao estudo antropológico de eventos e debates que podem ser pensados como uma “controvérsia”, envolvendo o surto de febre amarela que ocorreu no Brasil (2017) e suas diversas implicações. Voltando a atenção para a relação entre o extermínio de primatas, a ação humana e o surto da doença, e a análise destes acontecimentos por parte da mídia, governo e produção acadêmica. Procurando assim compreender a relação justaposta entre o surto e o extermínio de primatas em diversas regiões do Brasil (tendo como foco principal a região sudeste), à luz das noções “latourianas” de controvérsia, práticas de tradução e hibridização na elaboração científica, e de que modo isso afeta o ambiente e as muitas formas de vida (humanos, não-humanos, plantas, rios, etc.). Mas sem desconsiderar que a doença perpassa as fronteiras do ocidente, não deixando de lado suas implicações cosmopolíticas e ontológicas, produzindo assim um estudo antropológico que consiga pôr em perspectiva o fenômeno e suas implicações, sobretudo em relação à vida e morte de bugios (primatas do gênero *Alouatta*) na Mata Atlântica.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da ciência e tecnologia. Primatas não-humanos. Febre amarela.

About the guilt of the monkeys: yellow fever, epidemic and intrusion

ABSTRACT: This article is dedicated to the anthropological study of events and debates that can be thought of as a “controversy”, involving the outbreak of yellow fever that occurred in Brazil (2017) and its implications. Turning attention to the relationship between the extermination of primates, human action and the outbreak of the disease, and the analysis of these events by the media, government and academic production. Thus seeking to understand the juxtaposed relationship between the outbreak and the extermination of primates in different regions of Brazil (with the main focus on the southeastern region), in light of the “Latourian” notions of controversy, translation practices and hybridization in scientific elaboration, and of how this affects the environment and the many forms of life (humans, nonhumans, plants, rivers, etc.) But without disregarding the fact that the disease crosses the borders of the West, not neglecting its cosmopolitical and ontological implications. Thus producing an anthropological study that manages to put in perspective the phenomenon and its implications, especially in relation to the life and death of howler monkeys (primates of the genus *Alouatta*) in the Atlantic Forest.

KEYWORDS: Science and technology studies. Nonhuman primates. Yellow fever.



“...A prova é de história da humanidade.
Gaguejo e tropeço.
Um macaco, olhos fixos em mim, ouve com ironia,
o outro parece cochilar -
mas quando à pergunta se segue o silêncio,
me sopra
com um suave tilintar de correntes.”
(Wisława Szymborska, *Dois Macacos de Bruegel*, 1957)

Este artigo é resultado de uma pesquisa prévia intitulada “O surto de febre amarela e suas controvérsias sociotécnicas: ciência, sociedade, humanos e não humanos em debate”^[2]. Tal como a pesquisa que lhe deu origem, se move de maneira ensaística, admitindo variações entre o filosófico, o literário e o científico. Para além disso, o texto parte de um exercício inicial que visava perseguir um idioma “latouriano” (principalmente os textos referentes às décadas de 1990/2000), seguindo uma controvérsia específica. Todavia, conforme a pesquisa foi avançando, acabou por ganhar contornos cosmopolíticos, por assim dizer, por dialogar com a obra de Isabelle Stengers. Passando a adotar também referências literárias, a fim de evidenciar um exercício crescente de comparação e construção de pontes entre mundos que obedecem a diferentes ontologias e seres.

A ficção (a comparação) não designa a falsidade, mas o encontro ontológico entre modos – entre atual e possível, existente e inexistente – em que estes se redefinem reciprocamente (NODARI, 2014, p. 82).

AS COISAS, OS ANIMAIS, OS ARTEFATOS, VOLTARAM PARA SEUS DEVIDOS LUGARES

O *frisson* já passou, ninguém mais fala sobre febre amarela, surtos e endemias. Tampouco se fala sobre PNH's (primatas não humanos) sendo assassinados (TOMAZELA, 2017) por aí. Em setembro de 2017, o surto de febre amarela teve seu fim, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018a), o último caso registrado da doença foi no mês de junho em Espírito Santo. No entanto, o Brasil é um país endêmico (BRASIL, 2018b) para a febre amarela silvestre, sendo assim a contaminação pelo vírus amarílico não apresenta fim ou solução, obedecendo aos ciclos sazonais da doença.

Os macacos pouco a pouco pararam de morrer, talvez por restarem poucos para matar.

Todos os macacos bugios do Parque Horto Florestal, na zona norte da cidade de São Paulo, foram mortos pela febre amarela. Ao todo, 17 famílias, totalizando 86 macacos, morreram após contrair o vírus da doença, segundo informou o Bom Dia SP. A espécie é uma dentre as quatro que habitam o parque (BOM DIA SP, 2018).

Segundo dados da Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses (SubVisa), divulgados nesta quinta-feira, 25, o



Estado do Rio já contabiliza 131 macacos mortos desde o início do ano. Do total, 69% tinham sinais de ataques humanos, por meio de espancamento ou de envenenamento (OKUMURA; PENNAFORT, 2018).

[...] para Adriano Pinter, pesquisador da Superintendência do Controle de Endemias (Sucen), a falta de notificação das mortes leva a crer que esses números seriam ainda maiores. “Acredito que perdemos mais da metade da população de bugios do estado de São Paulo e 90% da população da região metropolitana da capital”, diz Pinter (MORIYAMA, 2018).

Estima-se que em alguns lugares afetados a população de primatas não humanos só poderá se normalizar em, no mínimo, dois anos, pois uma quantidade ainda imensurável de macacos foram mortos e estão morrendo. Em contrapartida de tamanha matança, algumas instituições e especialistas conseguiram proteger e tratar alguns desses animais, tais como: a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre da Capital Paulista; O Jardim Botânico (SP); o Parque Zoológico (SP); e o Centro de Pesquisa (UFRJ).

Especialistas estimam que o retorno dos bugios para áreas que hoje tem a circulação do vírus da febre amarela, devem demorar, no mínimo, 2 anos. Até lá, os órgãos de vigilância endêmicas vão monitorar esses espaços para verificar se os mosquitos permanecem infectados (FREIRES, 2018).

O que antes se apresentava como uma miríade de controvérsias, hoje pouco restou. As coisas, os animais, os artefatos, voltaram para seus devidos lugares, isto é, dos quais, segundo as forças oficiais, nunca deveriam ter saído. Se num primeiro momento houve comoção e pânico agora o que toma lugar é o esquecimento, aqueles que ainda possuem preocupações relativas aos índices de contaminação do vírus amarílico, possíveis surtos, e ao status das populações de PNH's afetados nos locais endêmicos a febre amarela são, em sua maior parte, especialistas, tais como: primatólogos, epidemiologistas e infectologistas. Dos que não são especialistas das ciências, estes apresentam relações para com os primatas às quais excedem e transbordam da reificação tradicional do humano para como o animal, tais como: povos originários, populações indígenas, ribeirinhos, etc.

Posto que a poeira baixou, algumas marcas continuam fazendo-se presentes, e as políticas envolvendo a doença, o vírus amarílico, as vacinações e seus vetores sofreram modificações e expansões; como o investimento midiático e publicitário das campanhas de vacinação e dos avisos alertando a população que os primatas não são uma ameaça, ou um dos vetores da doença. Se antes o Ministério da Saúde, juntamente com as Secretarias de Saúde tomavam medidas precatórias, hoje esse cuidado é redobrado (BRASIL, 2018c), ninguém mais deseja repetir o pânico que perdurou durante boa parte de 2017 e 2018, e contemplou tanto o surto de 2016/2017, quando a endemia de 2017/2018.



Apesar disso, algumas coisas continuam as mesmas, as relações para com os primatas ainda são purificadas e se estabelecem dentro das ruínas da dicotomia natureza-cultura. E mesmo após todo este pânico e *frisson* entre os anos de 2016/2017/2018, a narrativa que aqui será destrinchada ainda diz muito mais sobre as histórias exclusivamente humanas, do que para uma preocupação latente com os primatas não humanos, apesar da matança em massa destes pela ação humana ter sido um fato surpreendente na história epidêmica do país, todos os anos macacos são vítimas da febre amarela, em maior ou menor quantidade, e são deixados para morrer na condição de marcados científicos e epidemiológicos.

A Secretaria de Saúde (Sesa) confirmou nesta quinta-feira (28/03/2019) uma morte de macaco por febre amarela em Castro, na região dos Campos Gerais do Paraná. Segundo a secretaria, esse é o quinto município com morte confirmada de macacos pela doença (G1 PR, 2019).

Os eventos envolvendo a febre amarela - Ciclo I (maio/2017)

E ao macaco resta esperar até o próximo surto para que se encontre realocado para fora das ruínas da dicotomia natureza-cultura, e mais uma vez este possa testemunhar e agir frente à ineficiência crescente do estatuto moderno e o replicar incessante dos híbridos, escondidos sob a égide científica e os processos de hibridização e purificação. “Vivemos enredados em uma vasta teia de domesticação onde não apenas controlamos (ou pensamos controlar) as espécies, mas onde o oposto é também verdadeiro” (GARCIA, 2018, p. 69).

Entre 1º de dezembro de 2016 e 1º de agosto de 2017, houve um dos maiores surtos de febre amarela que o Brasil vivenciou nas últimas décadas, se alastrando por diversos estados, principalmente nos estados da região Sudeste, com destaque para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo que registraram os maiores números de casos confirmados. Segundo o Ministério da Saúde (em humanos):

foram confirmados 777 casos e 261 óbitos por febre amarela. Outros 2.270 casos foram descartados e 213 permanecem em investigação. Além disso, 304 casos foram considerados inconclusivos, pois não foi possível produzir evidências da infecção por febre amarela ou não se encaixavam na definição de caso. No total, foram 3.564 notificações. A região Sudeste concentrou a grande maioria dos casos. Foram 764 casos confirmados, seguida das regiões Norte (10 casos confirmados) e Centro-Oeste (3 casos). As regiões Sul e Nordeste não tiveram confirmações (BRASIL, 2017).

Já em primatas não humanos:

Até 10 de maio de 2017, foram notificadas ao Ministério da Saúde 3660 epizootias em Primatas Não Humanos (PNH), das quais 1491 permanecem



em investigação, 96 foram descartadas e 474 foram confirmadas para febre amarela por critério laboratorial ou vínculo epidemiológico com epizootias em PNH ou casos humanos confirmados em áreas afetadas (municípios com evidência de circulação viral) e ampliadas (municípios limítrofes àqueles afetados), com envolvimento de 5352 animais (BRASIL, 2017).

Atualização acerca dos eventos envolvendo a febre amarela - Ciclo II (abril/2018)

Em 2017, os números sobre o surto de febre amarela já eram alarmantes, estes datam respectivamente do mês de maio e de setembro; do COES (Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública sobre Febre Amarela) - Informe N°40/2017 -; e também do site oficial do Ministério da Saúde (<https://www.saude.gov.br>). Este surto foi declarado encerrado pelo Ministério da Saúde no dia 06 de setembro de 2017^[3]. Entretanto, após vários meses a fio, os números continuam crescendo, e o vírus amarelíco se espalhou por parte da região sudeste e centro-oeste, atingindo outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. Segundo o último levantamento fornecido pelo Ministério da Saúde.

Boletim de fechamento da sazonalidade 2017/2018 de febre amarela, divulgado nesta segunda-feira (08) pelo Ministério da Saúde, indica que no período de monitoramento de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, foram confirmados 1.376 casos de febre amarela no país e 483 óbitos. Ao todo, foram notificados, neste período, 7.518 casos suspeitos, sendo que 5.364 foram descartados e 778 continuam em investigação (BRASIL, 2018d).

Já no que concerne aos PNH's, os números, de acordo com o Informe N° 19/2017/2018 do Ministério da Saúde, mostram que:

No período de monitoramento 2017/2018 (junho/2017 a junho/2018), até a semana epidemiológica (SE) 12, foram notificadas ao Ministério da Saúde 5.575 epizootias em PNH, das quais 1.235 foram descartadas, 1.926 foram indeterminadas (s/coleta de amostras), 1.749 permanecem em investigação e 665 foram confirmadas por FA (por laboratório). Foram registradas epizootias de PNH confirmadas no Tocantins [2]; no Mato Grosso [1]; no Espírito Santo [1]; no Rio de Janeiro [33]; em Minas Gerais [94] e em São Paulo [534], com o maior número de epizootias confirmadas na Região Sudeste (99,5%; 662/665) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

É necessário salientar que optei por chamar o período de: 1º de dezembro de 2016 até 1º de agosto de 2017, de Ciclo I, mais conhecido como surto de febre amarela. Já o período que varia de: 01º de julho de 2017 até 30 de junho de 2018, chamei de Ciclo II, que de acordo com o Ministério da Saúde é reconhecido enquanto uma “propensão endêmica a febre amarela”.



Contudo, surge uma necessidade de se estranhar o porquê da declaração do Ministério de Saúde sobre o encerramento deste surto de 2016/2017 (Ciclo I), se os casos de febre amarela, tanto em humanos, quanto em PNH's não cessaram, muito pelo contrário, aumentaram para além de níveis normais da alta do verão e da proliferação maior de mosquitos transmissores, se espalhando para outros estados da região sudeste e centro-oeste.

Considerando isso, este artigo está interessado no Ciclo I (surto) e no Ciclo II (propensão endêmica) de febre amarela que ocorreu no Brasil e as implicações do mesmo, caracterizando-se pelo estudo da relação entre o extermínio de primatas acarretado pela ação humana decorrente do surto de febre amarela^[4], e a análise destes acontecimentos por parte da produção acadêmica produzida pela área denominada STS (*Science and Technology Studies*), e áreas correlatas como os chamados estudos multiespécies e antropologia pós-social e/ou pós-humana.

Desta forma, este artigo pretende se desenvolver sobre duas questões inter-relacionadas - o primata exterminado pela ação humana, e a febre amarela reconstruída a partir de uma linguagem aterrada na TAR (teoria-ator-rede), nas controvérsias, ontologias políticas e também proposições cosmopolíticas. A investigação deseja explorar o quanto o surto de febre amarela conecta elementos da ciência e definições normativas na relação entre humanos e animais revelando, por exemplo, formas predatórias de ação contra os PNH. Pretendo discutir também o quanto o discurso e as práticas científicas, nesse caso, estão desconectados das práticas de populações humanas atingidas diretamente pela doença, a partir dos materiais jornalístico e historiográfico sobre a febre amarela (cf. bibliografia em anexo).

O desvelamento da caixa-preta^[5]

Uma controvérsia se comporta de maneira muito similar a Ana no conto “Amor”, de Clarice Lispector. Neste conto Ana, a protagonista, tem seu mundo desmaterializado ao ver um cego mascar chiclete num bonde. Ana possui uma vida comum, com uma família composta por dois filhos e um marido. Ana também é ordinariamente comum e sempre teve a necessidade de “sentir a raiz firme das coisas”. Todavia, Ana, num fatídico dia, toma um bonde em direção ao Humaitá e durante a viagem percebe algo que a assusta - “Alguma coisa intranquila estava sucedendo. Então ela viu: o cego mascava chicles... Um homem cego mascava chicles.” (LISPECTOR, 2016, p. 147) - O bonde então acelera de forma



súbita, Ana se desequilibra ainda horrorizada com o cego mascando chicletes, seu pesado saco de tricô vai ao chão carregando suas compras, seus ovos se quebram embrulhados no papelão e, da rede de tricô, Ana pode ver gemas amarelas e viscosas pingando. Nesse entremeio Ana dá um grito, um grito de horror, e a partir deste momento até o fim do dia, ela se vê aterrorizada. O mundo perdera o sentido e “o mal estava feito”!

A rede perdera o sentido e estar num bonde era um fio partido; não sabia o que fazer com as compras no colo. E como uma estranha música, o mundo recomeçava ao redor, O mal estava feito. Por quê? Teria esquecido que havia cegos? A piedade a sufocava, Ana respirava pesadamente, Mesmo as coisas que existiam antes do acontecimento estavam agora de sobreaviso, tinham um ar mais hostil, perçível... (LISPECTOR, 2016, p. 148)

Uma controvérsia pode ser tanto científica, onde se torna capaz de mudar os saberes e fazeres estabelecidos pela produção científica, como no caso de uma substituição de paradigma, invalidação teórica e/ou uma "descoberta"; quanto sociotécnica, apesar destas ainda estarem implicadas cientificamente também, não estão uma e exclusivamente arraigadas na torre de marfim das ciências. Uma rede sociotécnica é embalada por uma profusão de atores, de actantes (LATOUR, 2005), estes podem ser humanos e não-humanos. Uma rede, por exemplo, é formada por diversas associações que se dão a partir de um processo de tradução/hibridação (LATOUR, 1997). "A tradução, nessa perspectiva, expressa um processo contínuo ao longo do qual os atores se entredesfinem, evoluem, modificam seus interesses" (LEAL; VARGAS, 2011, p. 248). O que me interessa em termos de uma controvérsia sociotécnica é entender como determinados atores passam a estar na condição de porta-voz de uma rede, representando a própria, mas também possuindo interesses específicos dentro desta, podemos "aferir" esse papel de actante ao macaco, ao vírus amarelado, ao mosquito e assim por diante. Identificando assim um emaranhado de diversas operações constitutivas da rede em si.

E assim como no conto de Clarice Lispector, uma controvérsia científica não só tem a capacidade de desmaterializar certezas mundificadoras. Uma controvérsia sociotécnica, como eu venho desenvolvendo aqui, faz com que a capacidade de “sentir a raiz firme das coisas” desapareça, pois as coisas já não são só coisas, são actantes, são atores, são algo a mais. Então analogamente quando Ana se assusta ao ver um cego mascando chicletes, eu me assusto ao ver um macaco sendo morto como se este fosse um vetor do vírus amarelado. O que me diferencia de Ana num segundo momento, talvez seja a impossibilidade de reconhecer que o mal foi feito, e sim uma abertura de clareira num sentido de promover



uma outra relação de mundo, que não jaz sob o escombros do ocidente e das dicotomias clássicas e absolutas, mas o que temos em comum é o medo, quiçá o horror.

E com isso, podemos voltar a história de Ana, onde a rede perde o sentido, os ovos embrulhados no papelão se quebram e o tênue fio do sentido e da razão é partido após a freada brusca do bondinho; o processo de assimilação e supressão de sentido se dá início num alavancar ríspido. E o que acontece depois? Ana descobre com horror que pertence a parte forte do mundo, as paisagens multiespécies se desvelam, e ela já não sabe mais se está do lado do cego ou das espessas plantas do Jardim Botânico.

Mas a vida arrepiava-a. como um frio [...] O pequeno horror da poeira ligando em fios a parte inferior do fogão, onde descobriu a pequena aranha. Carregando a jarra para mudar a água - havia o horror da flor se entregando lânguida e asquerosa às suas mãos. O mesmo trabalho secreto se fazia ali na cozinha. Perto da lata de lixo, esmagou com o pé a formiga. O pequeno assassinato da formiga. O mínimo corpo tremia. As gotas d'água caíam na água parada do tanque. Os besouros de verão. O horror dos besouros inexpressivos. Ao redor havia uma vida silenciosa, lenta, insistente. Horror, horror. Andava de um lado para outro na cozinha, cortando os bifes, mexendo o creme. Em torno da cabeça, em ronda, em torno da luz, os mosquitos de uma noite cálida. Uma noite em que a piedade era tão crua como o amor ruim. Entre os dois seios escorria o suor. A fé a quebrantava, o calor do forno ardia nos seus olhos (LISPECTOR, 2018, p. 154).

Mas ao fim do dia, antes de Ana se deitar, o horror, a angústia e o medo desaparecem, a controvérsia desaparece, a pequena flama ardente é soprada - após "atravessar o amor e seu inferno", - e o desaparecimento da controvérsia dá lugar ao esquecimento, a rede se recompõe e as coisas voltam aos bastidores, se multiplicando ocultadas sob o véu da égide moderna até o próximo alavancar.

E não importa exatamente a origem da controvérsia, pois utilizo da controvérsia latouriana enquanto ferramenta que auxilia a pensar. A controvérsia que jaz aqui se esparrama para além de um idioma latouriano, e devemos ter em mente que essas controvérsias são fortuitas e breves, e apesar disso aqueles que conseguem pagar o preço de continuar na discussão, percebem que quanto mais nos adentrarmos na rede e nos seus múltiplos actantes, mais e mais a literatura se torna técnica, especializada, científica e conflitante. O que não significa de maneira alguma refundar paradigmas científicos ou colocar em xeque estatutos primeiros sobre o vírus amarílico, a febre amarela, os vetores e os primatas, todavia significa que agora nos debruçamos sobre uma infinidade de atores, e não mais sob uma narrativa uniforme que obedece a um único deus e mestre, ou sobre uma caixa-preta deliberativa, onde só sabemos o que dela entra e o que dela sai.



As pessoas começam a lançar mão de textos, arquivos, documentos e artigos para forçar os outros a transformar o que antes foi uma opinião num fato. Se a discussão continuar, então os participantes de uma disputa oral acabarão por transformar-se em *leitores* de livros ou de relatórios técnicos. Quanto mais discordam mais científica e técnica se torna a literatura que leem (LATOURE, 1994, p. 44).

A partir deste ponto, a rede se torna mais social e mais barulhenta, o processo de purificação da “Ciência nº1” (LATOURE, 1994; 1997) se encerra brevemente, ao mesmo tempo que o processo de hibridação se desvela, fazendo-se visível para além da produção científica. Assim torna-se possível entender a composição desta controvérsia (seja qual for sua natureza) como uma série de composições multi-dinâmicas e ontológicas^[6], pois os atores são e estão nos mundos, e estes foram destituídos de agências e de suas redes primárias pelo processo da purificação, mas que agora se encontra em suspenso. De acordo com Bruno Latour (1997), não apenas os fatos sociais tradicionais que estamos acostumados se reencontram realocados, “desvelados”, mas também atores e objetos mais óbvios e tangentes, seres que foram delegados a um processo de reificação.

Objetos que existem simplesmente como objetos, apartados de uma vida coletiva, são desconhecidos, estão sepultados. Os artefatos técnicos acham-se tão distanciados do status da eficiência quanto os fatos científicos do nobre pedestal da objetividade. Os artefatos reais são sempre partes de instituições, hesitantes em sua condição mista de mediadores, a mobilizar terras e povos remotos, prontos a transformar-se em pessoas ou coisas, sem saber se são compostos de um ou de muitos, de uma caixa-preta equivalente a uma unidade ou de um labirinto que a oculta multiplicidade (Mackenzie, 1990). Os boeings 747 não voam, voam às linhas aéreas (LATOURE, 2001, p. 229).

E de antemão aviso que as controvérsias não bastam sem a artimanha das proposições cosmopolíticas (STENGERS, 2018a) e das ontologias políticas (STENGERS, 2018b), pois este processo não se dá no laboratório, e nem é restrito a um problema ocidental única e exclusivamente. Os macacos, assim como o vírus e os mosquitos, escapam das fronteiras colonialistas e extrativistas, nos deixando incapaz de fomentar uma narrativa de mundo una, e nos forçando a entender para onde a vazão da ação desses actantes nos leva.

Para os meus amigos (Guajá), a febre amarela não só não é da natureza dos bugios, como eles tampouco seriam simplesmente “espécies sentinelas”, prontas para morrer em benefício da humanidade. Enfim, “não é matar que nos leva ao extermínio, mas sim tornar os animais matáveis” [...] Se perdemos o controle sobre a natureza – e no caso desse surto nós perdemos completamente -, ela se transforma em nossa inimiga, e temos que ou exterminar os macacos, como vem fazendo parte da população, ou os macacos devem morrer para nos proteger, como “indícios de onde a febre está se espalhando” (GARCIA, 2018, p. 199).



Febre amarela, desvios e translações

As controvérsias que estão sendo tratadas são variações de dois grupos de boatos, informações não verídicas que vem ganhando força e caráter de verdade para as populações afetadas.

(1) O primeiro deles (o cerne da questão), macacos como transmissores do vírus amarílico; (2) o segundo deles, a vacina contra febre é ineficaz ou prejudicial à saúde humana, incluindo métodos alternativos para o tratamento da doença. Estas controvérsias, além de atentarem contra a vida humana, também atentam contra a vida de primatas não humanos (PNH's), causando grande impacto ecológico e favorecendo o processo de extinção de algumas espécies de primatas nativos da mata atlântica.

(1) Sobre a transmissão do vírus amarílico, seus vetores e o papel dos PNH's:

De acordo com o pesquisador Ricardo Lourenço; chefe do Laboratório de Mosquitos Transmissores de Hematozoários do Instituto Oswaldo Cruz, informações de que o macaco é responsável por transmitir a febre amarela, da mesma maneira como transmite HIV ou ebola, é totalmente falsa (DORNELLES, 2018).

Para impedir que mais macacos sejam mortos, a Secretária Estadual de Saúde lança nesta quarta-feira (21) a campanha “o macaco não é só vítima, mas um grande aliado no combate à febre amarela”, que começa no Parque da Catacumba, na Lagoa, na zona sul do Rio (BOM DIA RIO, 2018).

(2) Sobre as políticas de vacinação massiva, a vacina, e seus efeitos:

As mensagens que têm se espalhado na internet dizem que a Fiocruz lançou uma nova orientação sobre a febre amarela, esclarecendo que o vírus vem sofrendo mutações e que, mesmo com a vacina, há riscos de contrair a doença. “Sendo assim orienta para uso de repelentes para a base de icaridina pra todo mundo”, diz. “Há um novo vírus mutante nos rondando e para o qual não existe vacina”. conclui (DOMINGOS, 2018b).

Não me vacinei nem vou me vacinar, é muito perigoso”, disse Aline. “No áudio, a médica explica que a vacina contra a febre amarela foi feita de qualquer jeito e é muito perigosa, que daqui a dez anos todas essas pessoas vão ter problemas por causa das reações. E eu vou tomar uma coisa dessas? Eu não! [...] Uma notícia falsa que circulou sobre no WhatsApp relacionava a vacina a casos de autismo - o que tampouco é verdadeiro. Também pelo WhatsApp foi disseminado o áudio da suposta médica falando sobre problemas renais (JANSEN, 2018).

Os excertos mencionados acima veiculam informações falsas (*fake news*) às populações sobre a febre amarela e sobre como acontecem sua forma de contágio e sua vacinação, consequentemente causando pânico e confusão. A partir dessas notícias falsas, parte da população, por sua vez, decide desconsiderar as advertências do Ministério da Saúde e dos meios midiáticos convencionais, adotando essas novas “informações” como verdades, ou



pós-verdades, fazendo com que se comece assim uma nova caça às bruxas, no que diz respeito principalmente aos boatos sobre PNHs transmitirem o vírus amarelíco aos seres humanos.

Macacos começam a ser assassinados, em uma escala considerável, estes não morrem apenas vítimas do vírus amarelíco, mas principalmente pela ação de humanos temerosos, que escolheram seguir suas próprias convicções, em detrimento da “ciência”. Enquanto isso, mais boatos falsos surgem e são replicados. Se os excertos acima pertencem as categorias das *fake news*, dos fatos falaciosos, e das informações contraproducentes, o excerto abaixo pertence a categoria dos fatos científicos, especializados e autônomos, informando resumidamente à população de forma geral e breve que o vírus é transmitido apenas por mosquitos (artrópodes). Esse excerto foi retirado diretamente do site do Ministério da Saúde, e mensagens similares a essa foram veiculadas tanto pela mídia televisiva, impressa e virtual

[...] a febre amarela é uma doença infecciosa febril aguda, imunoprevenível, cujo agente etiológico é transmitido por vetores artrópodes. O vírus da febre amarela é um arbovírus do gênero *Flavivirus*, da família *Flaviviridae*. O vírus é transmitido pela picada dos mosquitos transmissores infectados e não há transmissão direta de pessoa a pessoa. A vacina é a principal ferramenta de prevenção e controle da doença (BRASIL, 2014).

É neste registro que me encontro, na tentativa de investigar o alvo desse deslocamento da confiança - os primatas - quais as potencialidades que o macaco agente e agenciado traz ao discurso tanto comum, quanto da ciência, fora de sua posição ora como coisa, ora como animal de laboratório, ora como animal de direito. O que aqui me é caro principalmente são os movimentos de translação^[7] que estes primatas não-humanos vêm fazendo para fora de seu habitat, não que os casos secundários - a disseminação de boatos mentirosos, a era da pós-verdade - não sejam de interesse, mas não são alvos aqui de uma investigação aprofundada.

E não são alvo de uma investigação aprofundada, pois eu não procuro motivos ou causas primeiras que indiquem o porquê da desestabilização da rede e do surgimento de controvérsias. Eu não nego a seriedade do fenômeno das *fake news* e da pós-verdade enquanto um problema real e desconcertante, mas abordar estes fenômenos enquanto proposição de causa primeira, enquanto motivação para os assassinatos de PNH's me parece encontrar uma saída não desejável, pois o que está em voga neste artigo não é atribuição de culpa, e conseqüentemente da ignorância daqueles que de algum modo aderem a este tipo de boato, de fato falacioso. Pois, ao fazer isso, lados dicotômicos são



inaugurados, onde de um lado temos a verdade científica absoluta e autônoma (o fato) e do outro lado temos os ignorantes, os parvos, os acientíficos, os atrasados (o boato), e não é sobre isso que estou falando, inclusive é isso que eu estou tentando combater. Na medida do possível, é sobre medo, *frisson*, sobre macacos sendo assassinados, é sobre não tratar macacos como coisas, é sobre partilha do sofrimento, é sobre um discurso científico respaldado dentro de uma torre de marfim, é sobre as incongruências entre o que é dito pela ciência *versus* o que as populações desesperadas fazem, é sobre quem pode ou não matar o macaco, é sobre macacos enquanto marcados epidemiológicos e deixados para morrer, é sobre intrusão, é sobre incerteza.

E todos esses indícios apontam para o surgimento de múltiplas controvérsias sim, no tecido social. A febre amarela de uma simples doença passa a estar envolvida em um intenso movimento de translação, que a fragmenta em centenas de pequenas partes, rememorando assim muitas das dúvidas e incertezas que a consumiram no seu processo de formação^[8], só que dessa vez não por cientistas ou uma literatura técnica extensa, mas por populações temerosas.

Para entender como a relacionalidade entre fato/discurso científico e sua perda de autonomia se dá, é necessária uma atenta investigação do actante em questão, o então macaco/primata/símio/PNH's enquanto desentendimento inicial. Pois se inicialmente este se comportava como um mero mecanismo, um animal no processo da fabricação dos fatos acerca da febre amarela, agora ele parece se mostrar dentro de um novo papel - “acontece aí alguma coisa que não deveria ocorrer - como tudo que ocorre, em suma, um lapso, uma queda, uma falha, um sintoma”, para citar Jacques Derrida (2002).

Com isso, a prática de purificação da “Ciência n°1” (LATOURE, 1994; 1997) cessa por um breve instante aos olhos dos assustados, deixando assim que a tradução (hibridação) se torne visível, e assim os híbridos naturezas-culturas, como *se/ves* (KOHN, 2016, p. 5) e quase-objetos (LATOURE, 1994, p. 89) se encontram num papel não mais coisificado. Neste momento não é mais delegado a esses seres as categorias de coisas e objetos imanentes. Agora ele - o macaco - se encontra fragmentado, exibindo assim todos os múltiplos desvios do seu *daedalion*^[9] (LATOURE, 2001), suas inter-relações, associações, veiculações político-midiáticas e socio naturais que compõem a ciência da febre amarela, do vírus amarílico, das vacinações e dos financiamentos público-privados, além claro dos joguetes políticos-públicos-midiáticos.

Histórias apenas humanas não servirão a ninguém em uma época modelada pelo agravamento e fortalecimento mútuo de processos de destruição biossocial - da extinção em massa às mudanças climáticas, da



globalização ao terrorismo. Há muitos nomes para a nossa atual condição Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno, cena-de-supremacia-branca, a lista continua -, mas seja lá como for chamada, o que exigir são práticas minuciosas de atenção para as formas complexas que nós, todos nós, nos tornamos numa relação consequente com os outros (VAN DOOREN et al., 2016).

O macaco e seus mundos

Ao abordar o surto de febre amarela e o extermínio dos primatas pela ação de humanos não-cientistas enquanto indicativo de uma controvérsia sociotécnica, toda essa massa de esforços começa a se aglomerar no texto, coisas antes que estavam fora do texto, antes do fazer científico são atraídos pela gravidade das controvérsias que vêm surgindo, orbitando o texto não mais de maneira purificada e ordenada por binarismos e dicotomias.

Indicado uma série de controvérsias que gravitam o social, o técnico e o científico, mas não controvérsias oriundas da comunidade científica e do linguajar técnico. Em nenhum momento há no fazer científico uma dúvida técnica ou de paradigma sobre a função desempenhada pelos primatas na não transmissão do vírus amarelo ou no que concerne a capacidade imunológica das vacinas desenvolvidas. O que não indica que não sejam controvérsias em excelência, mas são controvérsias que estabelecem outras possibilidades para além da ciência, e não gravitam apenas ao redor da esfera sociotécnica.

Uma controvérsia (que se desdobra em outros processos de questionamentos) que perpassa inúmeros artefatos técnicos, mas não reside neles; que é social, mas não só; que atravessa paradigmas da ciência, mas não se faz unicamente no laboratório. O que me leva a crer que esta controvérsia tenha outra origem, menos casual, talvez mais polissêmica em seu existir. Digo que é uma controvérsia ontológica^[10] ao dispor da relação do macaco para com a febre amarela; para com o vírus amarelo; para com sua transmissão através de seus vetores; para com a população local; para com as campanhas do Ministério da Saúde; para com a preocupação dos infectologistas e primatologistas; etc.

O macaco e seus mundos parecem aqui se chocar, mas neste ponto, o primata não humano é abastecido de um intenso caráter relacional que será evidenciado posteriormente. O que interessa é muito menos os milhares de desdobramentos científicos e sua literatura extensamente técnica, mas sim suas múltiplas associações e relações. De certa forma o que aqui vai chamar atenção são esses muitos híbridos e essa inauguração cosmopolítica^[11] que se apresenta através do PNH - o que antes era uno se torna ontologicamente múltiplo e fragmentado - o macaco enquanto entidade dupla, natureza-cultura.



É preciso ser cauteloso quanto à boa vontade individual. Conferir uma dimensão “cosmopolítica” aos problemas que pensamos sob o modo da política não se refere ao registro de respostas, mas coloca a questão sobre a maneira como podem ser escutados “coletivamente”, no âmbito do agenciamento através do qual se propõe uma questão política, o grito de pavor ou o sussurro do idiota. Nem o idiota, nem Cromwell apavorado, nem o homem da lei obcecado por Bartleby o sabem. Não se trata de se dirigir a eles, mas de agenciar o conjunto de maneira tal que o pensamento coletivo se construa “em presença” da questão insistente que eles fazem existir. Dar a essa insistência um nome, um cosmos, inventar a maneira mediante a qual a “política”, que é nossa assinatura, poderia fazer existir seu “duplo cósmico”, às repercussões disso que vai ser decidido, disso que constrói suas razões legítimas, sobre isso que permanece surdo a essa legitimidade, eis a proposição cosmopolítica (STENGERS, 2018, p. 448).

“Na maioria dos casos, o fio se perdeu”

Dos 25 macacos mortos, 15 a pedradas e pauladas, quatro atados com cordas e 1 carbonizado, apenas um estava com a doença. Pelo menos outras nove cidades têm casos semelhantes ou denúncias (VEJA, 2017).

Nunca vi uma matança tão grande contra uma espécie. Estamos todos indignados com o que estamos presenciando. “De vez em quando nós temos casos de maus tratos, mas nunca nessa proporção e nem com a crueldade das lesões que estou vendo”, lamenta Rolim, também subsecretária municipal de Vigilância Sanitária do Rio (MARTÍN, 2018).

Os ovos, que outrora estavam seguros na rede, no pesado saco de tricô de Ana, agora se encontram estilhaçados, acabaram por tornarem-se uma grande bagunça, um grande enlameado de cascas, gemas, claras e papelão. O primata não humano, fonte do medo e da desconfiança, vai sendo transformado discursivamente no agente “causador” da febre amarela, a controvérsia em questão. A exemplo de Ana e seu saco de tricô, o PNH agora vai estar envolto nesse grande enlameado de elementos, evidenciando assim sua “natureza” não coisificada, mas com potências de agenciamento, delimitando para todas as suas inter relações um movimento de translação forte o suficiente para desencadear preocupações sólidas, como: campanhas publicitárias, reportagens, pesquisas e financiamentos diversos (etc.) dos meios oficiais para com as populações, seja do governo, da ciência e/ou das mídias convencionais.

Torna-se marcante a ausência de confiança de determinadas populações no discurso científico. Paradigmas sólidos são postos em xeque não pelos cientistas, mas por públicos outros, e isso independe para qual público este paradigma - este amontoado de ovos embrulhados no papelão - tende a se tornar quebradiço, mas sim o impacto que esta gema viscosa e amarela em uníssono tem, e nos embaralhamentos que ela sugere no fazer



presente da proposição cosmopolítica, "embaralhando elementos de origens muitos diferentes" (LATOURE, 2016).

Se inicialmente apenas o PNH científico entra nesse páreo contra a validade do discurso da própria ciência; após esse rompimento primeiro da confiabilidade do discurso, outros primatas parecem surgir - versões remasterizadas - e ficam também expostos para serem alvos da inconfiabilidade - outros tipos de primatas ontologicamente relacionados entram no páreo. Assim, híbridos se multiplicam incessantemente, sem o véu da ciência moderna para encobri-los. É neste cenário final que me localizo, na falência dos processos, e na dicotomia humano e não humano posta em dúvida.

O que percebo é que a febre amarela de doença natural, que é transmitida por mosquitos (artrópodes), e afeta principalmente PNH's e humanos, agora passa a estar envolvida em diversas associações. Observando os dados divulgados pelas mídias convencionais, pode-se ver a multiplicidade de desvios ontológicos. E nesses desvios a doença passa a estar envolvida, pois uma crise se insurgiu, como: o extermínio dos macacos pela ação humana ; a correlação do surgimento do vírus amarelado no Brasil com o período escravocrata (BENCHIMOL, 2001); o transporte de vacinas e seus desafios (FIOCRUZ, 2015); o impacto ecológico nas populações de PNH's em extinção (CARNEIRO, 2017); a afecção dos macacos e a crise hídrica no Espírito Santo e outros estados; a proliferação do vírus amarelado em zonas urbanas (AGÊNCIA ESTADO, 2017); a emergência do Antropoceno^[12] e o risco iminente sob formas de vida que demoraram milhões de anos para serem arranjadas e dispostas em paisagens multiespécies (TSING, 2015); etc.

O macaco/primata não humano/bugio/membro da família *Alouatta*, é deslocado para uma controvérsia ontológica quando se encontra em posição de relação para com (algo), por extensão a febre amarela passa a estar em relação com diversas associações também, assim como os mosquitos, os vírus, a história e os laboratórios. O PNH inaugura uma proposição cosmopolítica.

Cosmopolítica significa que a política deve proceder na presença daqueles que arcarão com as consequências, que serão as vítimas das decisões políticas, na presença não só dos "humanos", mas também dos múltiplos mundos divergentes a que pertencem, aos quais esta decisão ameaça. (STENGERS, 2018b, p.95, tradução nossa)

“Histórias apenas-humanas não servirão a ninguém [...]”

O macaco, o primata, o PNH vai se apresentando ao redor deste texto, deste evento que a febre amarela é, através de muitas ontologias. Múltiplas ontologias que tentam escapar do



contingente de primata enquanto espécie a todo custo. Aqui temos: O macaco-vilão-vetor; o macaco da ciência e do laboratório; o macaco-espécie da natureza; o macaco enquanto objeto de direito; o macaco enquanto artefato político-midiático; etc.

O macaco-vilão-vetor é aquele cuja narrativa se baseia na crença errônea de que os primatas também são vetores da doença, é o alvo da matança incontrolável de PNH'S em várias regiões do Brasil. O macaco que “espalha” a febre amarela e contagia as populações locais, é o macaco do *frisson* e do pânico.

[...] humanos estão exterminando os macacos como se os animais fossem os responsáveis por hospedar ou transmitir o vírus. O que estamos vendo em diversas regiões é um extermínio ilegal de macacos infectados e não infectados, tratados como reservatório da doença, e isso é mais problema quando sabemos que 70% dos primatas não humanos da Mata Atlântica estão ameaçados de extinção (GARCIA, 2018, p. 197).

O macaco da ciência e do laboratório é o macaco técnico, o que não deve ser morto pelas populações em pânico, pois é de grande utilidade para o mapeamento da doença (FA), o macaco que serve de sobreaviso para os humanos em caso de epidemia, é o “aliado” dos centros de controle de doença, dos centros epidemiológicos e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Este macaco, é o macaco da má ciência, que se encontra delegado de passividade (macaco/objeto), ou como diria Guilherme Sá (2013, p. 165-166) “dentro de padrões cientificamente aceitos, macacos-sujeitos devem ser tratados como macacos-objetos [...] alinha-se, portanto, com a noção de purificação científica (LATOUR, 2011), quando incute diretamente na transubstanciação do macaco-sujeito-floresta em macacos-objetos-laboratório.” Diferentemente do macaco da ciência moderna, o macaco da boa ciência e dos bons cientistas se encontra em posição de desvelamento^[13], e principalmente, na partilha do sofrimento^[14].

Em contraste, se o macaco-vilão-vetor é assassinado, o macaco técnico é deixado para morrer, abandonado nas matas, doente, danificado, lesionado, em estado de deterioração. Aqui há uma grande diferença, enquanto aqueles que matam macacos-vilões atuam na clandestinidade, tornando-se infratores. Aqueles que abandonam os macacos da ciência e do laboratório à própria sorte estão amparados pelos discursos oficiais, pelas histórias apenas-humanas, ambos os macacos são morríveis, mas apenas um deles é assassinado.

Ainda assim, nesse caso, a febre amarela está aparecendo como se fosse algo inerente à natureza dos macacos, como se só fosse possível, em momentos de crise, pensá-los em duas caixas: politicamente, como uma ameaça aos humanos, ou cientificamente, a partir dos esclarecimentos dos cientistas. Crises como essas revelam, em muito, como pensamos o ambiente. Ameaça ou controle (GARCIA, 2018, p. 198).



O macaco-espécie da natureza é o mais tradicional ao qual temos acesso. O macaco aprisionado no zoológico, o macaco dos documentários da *National Geographic*. Os macacos catalogados em latim, o macaco biológico. O bugio já foi supracitado inúmeras vezes, pertencentes à família *Atelidae*, subfamília *Alouattinae*, gênero *Alouatta*^[15]. Encontram-se subdivididos em inúmeras espécies - o bugio-ruivo pode ser chamado popularmente de guariba, barbado ou gritado, e apresenta em suas características gerais um osso hióide desenvolvido especificamente para emitir vocalizações mais potentes, funcionando como uma caixa de ressonância para suas cordas vocais, seus “gritos” na matam podem ser ouvidos até a cinco quilômetros de distância. Outros macacos também foram assassinados e/ou foram contaminados (muriqui do norte, sauá/guigó. sagui-de-cara-branca, mico leão dourado). Contudo, o que faz do bugio o caso mais delicado é a sua alta taxa de mortalidade para com o vírus amarelão, provocando em torno de 80% a 90% de mortalidade nesses primatas, sem contar os exterminados pela ação humana e a destruição de seus habitats pela ação antropogênica.

Curiosamente, pouco se fala sobre o macaco-espécie, embora sua imagética contemple o imaginário popular. Aos animais selvagens, de forma geral, pouco se fala, e muito se vê, exorcizados para fora da sociedade, do construtivismo social, estes pertencem ou aos zoológicos, ou as florestas devastadas, ou no mais “aos bancos de germoplasma enquanto suas paisagens multiespécies são destruídas”, (TSING, 2015, p.185) Acreditamos, ainda que ingenuamente, que estes se autorreproduzem, transferindo o arranjo dessas vidas complexas e paisagens multiespécies para as dicotomias modernas e purificadas. Ou seja, para as esferas da natureza “reificada”.

O macaco objeto do direito nasce como consequência dos contrastes e das contradições de como não só os PNH's, mas como também outros animais são tratados juridicamente no Brasil (em contraposição com os humanos), englobando a matança generalizada de bugios e outras espécies, e também a condição do primata enquanto objeto laboratorial.

Juridicamente o animal vai ser zelado “no direito brasileiro, como coisa que não deve ser tratada com crueldade, conclusão filosoficamente muito estranha, pois coisas não podem ser bem ou maltratadas, coisas não possuem vida nem sensibilidade. Animais, sim.” (JESUS, 2016, p. 193) Em contraposição a jurisdição de outros países concebem leis que dão vazão ao animal a categoria de ser senciente; sendo concedido em alguns casos ao animal a condição jurídica de pessoa; em outros casos o animal adquire condições especiais. Já no Brasil, há apenas alguns poucos episódios, em que cabe ao juiz interpretar conforme a situação exige, por ausência de leis mais especializadas^[16], normalmente este



decide “não decidir” (BEVILAQUA, 2011, *passim*), fazendo ressurgir um paradoxo entre ciência, direito e jurisprudência animal.

Ao mesmo tempo em que animais são tratados como coisas, outros objetos do direito são elencados ao estatuto de ser humano, objetos que obviamente não o são. Dentre estes objetos estão: institutos, empresas e associações, “embora não sejam seres humanos, nem mesmo organismos vivos, esses entes - em certa medida análogos a ‘coisas’ - existem tão somente como expressão da intencionalidade humana e, desse modo, podem habitar o universo do direito e nele agir na condição de pessoas.” (BEVILAQUA, 2011, p. 97-98) Contraditoriamente, vemos seres humanos tornando-se objetos sob a ótica do direito (órgãos, tecidos e linhas celulares), e “criações” humanas tornando-se pessoas. Contudo, ao que parece, só ao animal é reservada a qualidade fixa de objeto, sem poder transcender a uma condição de legitimidade que faça jus a sua expressão de existência.

Ao animal, de fato, muito pouco é permitido, principalmente quando este se encontra fora do seio familiar humano, ou seja, o animal não domesticado/selvagem. Os animais domésticos^[17] ainda gozam de alguma “transferência” qualitativa de afeto e de valores morais. De acordo com Tim Ingold (2000), ao animal doméstico ainda é permitido ser “pessoa”, todavia, animais só podem ser pessoas na medida em que alguns de nós, humanos, temos então permissão para falar sobre eles através deste contato próximo a nós, membros humanos de uma casa, uma família. Nunca sendo autorizados a crescer, e mesmo na velhice, estão trancados para sempre na estagnação, na imutabilidade.

A ciência herdou das grandes religiões monoteístas narrativas sobre a superioridade humana. Essas histórias alimentam pressupostos sobre a autonomia humana e levantam questões relacionadas ao controle, ao impacto humano e à natureza, ao invés de instigar questões sobre a interdependência das espécies. Uma das muitas limitações dessa herança é que ela nos fez imaginar as práticas de ser uma espécie (humana) como se fossem mantidas autonomamente e, assim, constantes na cultura e na história (TSING, 2015, p. 184).

O macaco artefato político-midiático inaugura uma série de problemáticas, embora não falamos de culpa, e muito menos a designamos, a mídia possui um grande papel no desenvolvimento do pânico e muito provavelmente no aumento das matanças. Há um bombardeio de informações que colapsa o sistema e a confiabilidade do público de uma forma muito rápida dos discursos oficiais.

Existem ainda aqueles que acusam um direcionamento maior do que deveria ter ocorrido nas reportagens e veiculações sobre a febre amarela por conta de interesses políticos escusos. Por fim, o macaco artefato político-midiático é o macaco dos números, dos dados e



das informações. O grande mito de origem deste artigo, o macaco parte vilão-vetor parte ciência e laboratório.

Inseridas em uma ampla rede composta por inúmeros personagens e objetos, estas noções “arranhadas” pela mídia fazem parte de um mecanismo que se retroalimenta, às vezes purificando e outras profanando a tradução científica (SÁ, 2013, p. 108).

Entender que o macaco e seus mundos que aqui se apresentam em relação sempre a algo se torna crucial, o macaco sozinho não se constitui enquanto ser, o macaco é só macaco em relação ou oposição a algo ou a alguém, humano ou não-humano. De acordo com Guilherme Sá (2013) “por estarem conectados a uma ampla rede, os muriquis só podem ser definidos em relação aos demais com quem contracenam: fazendeiros, biólogos, moradores locais, ambientalistas, políticos, jornalistas, etc.” Por esses mesmos motivos escolhi apresentar o macaco - não apenas o bugio, mas principalmente ele - sempre em relação a algo ou a alguém.

E é nesse entremeio de intersecções entre os algos e os alguéns que o primata não humano encontra-se deslocando de sua cosmologia tradicional (ocidental), esbarrando nas naturezas de dicotomia clássica natureza-cultura, e passando a realizar um papel de híbrido, animal mítico, animal técnico, um não-humano recheado de diversidades que não vão se encerrar nele.

Se “a diversidade, e não a unidade, está no coração das coisas” (Tarde, 2003:77), confluem em um mesmo corpo primata várias noções: macacos *hippies* (em relação a mídia); que “têm personalidades” (em relação com Strier); que são exemplos a serem seguidos pelos humanos (em relação com Strier e contextualmente com a imprensa); são seres perigosos (em relação com D. Leda antes da chegada dos biólogos); são seres inofensivos (em relação com D. Leda após a chegada dos biólogos); são uma caça (relacionado com os antigos indígenas e caçadores locais); são seres bonitos (para S. Feliciano); são objetos de estudo (em relação com Jonas); são atrações turísticas (em relação aos administradores RPPN); são “gente vagarosa” (segundo os indígenas que os nomearam); não são macacos (para os fazendeiros que os categorizam como “monos”), [...] (SÁ, 2013, p. 118).

E a partir das relações para com ele e suas muitas posições, relações de extermínio em sua maioria, de macaco-espécie da natureza este passa a agenciar e ser agenciado por cientistas, jornalistas, epidemiologistas, primatólogos, políticos e muito mais, delegando em sua órbita não apenas uma vasta produção intelectual, como também calhamaços de burocracias, campanhas publicitárias e marqueteiras extensas, delicadas relações diplomáticas e uma verba privada e pública, que conjuntamente tenta a todo custo estancar



essa ferida aberta, que ironicamente, se inicialmente fora causada por um vírus, um macaco e um mosquito, hoje a lista dos proponentes se apresenta bem maior.

“O excepcionalismo humano nos cega”

Agora que o cego a guiara até ele, estremecia nos primeiros passos de um mundo fascinante, sombrio, onde vitórias-régias boiavam monstruosas. As pequenas flores espalhadas na relva não lhe pareciam amarelas ou rosadas, mas cor de mau ouro e escarlates. A decomposição era profunda e perfumada..., mas todas as pesadas coisas, ela via com a cabeça rodeada por um enxame de insetos, enviados pela vida mais fina do mundo. [...] O Jardim era tão bonito que ela teve medo do Inferno (LISPECTOR, 2016, p.151).

Se Ana havia esquecido da existência de cegos no conto “Amor” de Clarice Lispector, esquecemos da existência de quem? Havíamos esquecido da existência de macacos? Dos mosquitos? Do vírus? Da doença? Se pensei em Clarice Lispector, agora posso pensar em Franz Kafka e em seu conto “Um relatório para a academia”, onde o ex-macaco, Pedro Vermelho, narra sua pregressa vida de símio, conta como foi capturado por humanos e a partir deste momento percebe que não haveria mais possibilidade de ser liberto, sendo obrigado a escolher uma “saída”, notando que haviam duas possibilidades, teatro de variedades ou jardim zoológico, este acabou por escolher teatro e lá tornou-se humano.

[...] E eu aprendi, senhores. Ah, aprende-se o que é preciso que se aprenda! Aprende-se quando se quer uma saída; aprende-se a qualquer custo. Fiscaliza-se a si mesmo com o chicote; à menor resistência flagela-se a própria carne. A natureza do macaco escapou de mim frenética, dando cambalhota, de tal modo que com isso meu primeiro professor quase se tornou ele próprio um símio, teve de renunciar às aulas e ser internado em um sanatório. Felizmente saiu logo de lá (KAFKA, 1994, p. 66).

Neste artigo os macacos não se tornam humanos, muito menos escapam, mas procuram uma saída, e nesta saída os primatas lentamente “se” conduziram da biologia, para áreas como antropologia, política, economia, direito, etc. As fronteiras entre humanos e não humanos começam a ruir, e o macaco surge como um *bandersnatch*^[18] neste debate, ao ser morto sob configurações de questionamentos das dicotomias, das autoridades discursivas. Se um ser/ente que não é humano, mas obedece a diversas ontologias, compartilha de similaridade genética tão próxima a nossa é morto, isto poderia configurar assassinato^[19]? Se Pedro Vermelho tornou-se homem imitando-os, pois procurava uma saída, e não por que quisera de bom grado (KAFKA, 1994), qual destino é reservado aos símios atingidos pela febre amarela, pelos humanos e pela ciência?



Se antes o animal pertencia ao reino da natureza e dos objetos vacilantes, após o vislumbre do processo de hibridização este parece se tornar algo a mais^[20], a exemplo do ex-símio Pedro, os PNH's na ausência de um outro caminho, supondo que a liberdade não lhes eram possíveis (KAFKA, 1994), acabam por tomar um outro caminho, uma “saída”, por um breve momento abalando a ontologia ocidental e se fragmentando em muitas partes, demonstrando não só um exercício de proposição cosmopolítica, mas também aferindo ontologias outras a um exército de primatas que antes povoavam, por assim dizer, um universo mais simplificado, ou melhor, purificado.

Por fim, o que fica subentendido após tudo isso, de uma maneira um tanto alegórica, é o fato do macaco ser entendido com animal, e o “homem” ser entendido como humano (ainda que também seja um “animal”) (INGOLD, 1995; VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Mas isso é apenas metade da história, pois os primatas partilham de uma grande similaridade genética ao humano, espécies como o bonobo e o chimpanzé respectivamente compartilham (G1, 2016) de 98,7% e 99,6% do DNA humano, se isso não bastasse, há as diversas ontologias^[21] para além das concepções usuais ocidentais onde o macaco partilha outras existências.

[...] os próprios Guajá nos ensinam que existem outros agenciamentos que fazem dos bugios seres muito mais complexos do que aquele a que o surto de febre amarela os reduz [...] os Guajá evocam a necessidade de recuperar a floresta para os capelães (bugios) possam viver. Apesar de mencionarem outros animais, o exemplo são os macacos em geral, e o capelão especificamente. Podemos dizer que os Guajá (que estão em uma das regiões mais desmatadas da Amazônia) vêm reivindicando em suas falas a floresta para os animais (GARCIA, 2017, p. 69).

É preciso comprometer-se

É necessário salientar que possuir como ponto inicial uma “controvérsia científica” em seu processo de questionamento dos estatutos primários dos animais/primatas não bastou. Foi necessário recorrer a outros subterfúgios que acompanhassem o sentido do macaco no seu existir mais polissêmico. E isso não indica tratá-los de maneira humanizada, relativista e simplista, ou até mesmo de maneira antropomórfica^[22], mas sim tratar o PNH como componente importante na constituição das dicotomias ocidentais, dos instrumentos e da fabricação da natureza por meio da ciência, da técnica, da ecologia, e de tudo mais que este possa envolver em seus movimentos de desvios e translações. Não o reduzindo, nem o dotando de um estatuto previamente humano, entretanto, também não o tratando certamente como coisa, passível de ser matado^[23], descartado, sem sequer uma atribuição de responsabilidade, “uma partilha do sofrimento” (HARAWAY, 2011).



Pensando, portanto, a exemplo dos Achuar e dos Cree^[24], também procurei convidar as formas de vida, relações, coisas e objetos para o coração deste artigo. Exatamente por isso tornou-se necessário pensar em termos de proposição cosmopolítica e na questão representacional e de impasses que isso toma. Não sendo suficiente, também trouxe a discussão das ontologias políticas procurando abarcar a questão da multiplicidade de mundos, que envolvem tanto a febre amarela, quanto os primatas não humanos, perpassando as fronteiras no ocidente e do ocidente, em termos físicos e ontológicos, afetando outros mundos e seres.

Dentre as seis espécies de bugios encontradas nas florestas tropicais centro-sul americanas, essa é chamada de “guariba-de-mãos-ruivas”, dentre outros nomes. Esse macaco “canta”, e é exatamente esse cantar que mais interessa aos Guajá, para além de sua saborosa carne. O que a nossa primatologia chamaria de vociferação (que nada mais é do que a “produção de gritos”), a primatologia guajá pensa como uma vocalização (que é a produção de cantos). Recorrendo à minha memória, não consigo pensar em nenhum outro primata que conceberíamos como capaz de “cantar”, a não ser nós mesmos. Então, se no universo guajá macacos podem cantar, imaginem o que mais eles não são capazes de fazer. Falo de coisas muito práticas, como amolar facas, por exemplo. Os macacos-pregos das aldeias onde trabalho são capazes de fazê-lo, como já testemunhei. [...] Os macacos nos levam para esse outro mundo e modo de vida compartilhado, como quero apresentar aqui (GARCIA, 2018, p. 184-185).

Por isso devem ser amparados por ontologias que não os limite dentro de uma epistemologia antropocêntrica.

O PNH e suas controvérsias passam a ser dimensionados de forma cosmopolítica (STENGERS, 2018a), ou seja, estes são (se fazem) chamados para ouvir as consequências daquilo que se encontra em suspenso pelos mais variados agentes modernos (política, ciência, mídia, direito, etc.), mas isto só não me parece o suficiente. As ontologias políticas (STENGERS, 2018b) são acionadas para tratar da questão do compromisso, chamando o PNH a testemunhar, se antes os primatas se contorciam e se multiplicavam pelo processo de hibridação entre os diversos agentes modernos, e se no fim de cada controvérsia sociotécnica eram novamente enclausurados pelo processo de purificação, hoje os primatas não só são associados, como também associam, e se intrometem em uma história que deixa de ser excepcionalmente humana.

Não há como combater uma formulação etnocêntrica apegando-se a representações realistas como realidade e racionalidade, previamente associadas a uma ontologia particular introjetada. Mais do que relativizar as representações que temos acerca dos havaianos ou da ciência é preciso relacioná-los com suas ontologias (SÁ, 2013, p. 176).



Eu espero que tenha sido possível escutar os apelos dos bugios e das outras espécies de símios que foram e estão sendo mortas, seja através do canto “dos guajá”, ou através da vocalização da “nossa ciência”. Pois, de acordo com Laurence Cibrelus (OMS), a doença (febre amarela) não pode ser erradicada - ela veio para ficar - e com o cenário atual de destruição biótica a tendência é apenas piorar.

O mosquito é o ponto principal, e onde podemos encontrá-lo varia conforme vemos mudanças climáticas, mas também com uma transformação no uso do solo. Houve um aumento das chuvas e, portanto, houve um impacto na densidade da população dos vetores e onde estão. Com isso, houve um impacto direto na transmissão da febre amarela. Houve também mudanças importantes no desmatamento. É na floresta que estão o ponto inicial da doença (CHADE, 2018).

Em 2016 houve um surto urbano em Angola, que se espalhou para a República Democrática do Congo e teve alguns casos exportados para a China. Além dos surtos já mencionados no Brasil e do aumento drástico do número de casos, houve e ainda há um risco de surtos urbanos e transmissão internacional.

Hoje, a febre amarela é endêmica na África e nas Américas. Mas a maior preocupação que temos é de que a febre amarela se espalhe de zonas endêmicas para novos locais, como China ou Índia, onde existe dengue, que é uma doença transmitida pelo mesmo mosquito que transmite a febre amarela urbana, e também onde a população não está imunizada contra a febre amarela (CHADE, 2018).

Para a Organização Mundial da Saúde a estratégia é eliminar o risco de epidemia com uma ampla imunização ao longo dos próximos dez anos, “podendo, assim, garantir que o vírus pare de circular em humanos”. Todavia, enquanto os compromissos para com a multiplicidades cosmopolíticas e ontológicas de Gaia não forem levadas a sério e adiante, casos como o surto de febre amarela de 2016/2017, a endemia de 2018 e a pandemia de 2020 continuarão a se repetir. É necessário se comprometer não apenas para com os humanos, mas principalmente para com os não-humanos e, por extensão, para com Gaia, aquela que faz a intrusão.

Nomear Gaia, a que faz intrusão, significa que já não há depois. É agora que se tem de aprender a responder, que se tem, especialmente, de criar práticas de cooperação e de substituição com aqueles e aquelas que a intrusão de Gaia estimula doravante a pensar, imaginar e agir (STENGER, 2015, p. 51).

Pensar em estratégias para eliminar os riscos epidêmicos é de grande ajuda, mas é um tratamento paliativo se pensarmos que o Antropoceno também veio para ficar, e com ele a destruição de boa parte da vida na Terra.



O momento de realização da destruição da Terra, o momento histórico atual, pode ser aquele em que as pessoas reconsiderem a necessidade da destruição dos mundos. E também pode ser aquele em que as condições para os diálogos das reconstituições dos mundos possam ser formuladas (BLAZER; DE LA CADENA, 2018, p. 4, tradução nossa).

Espero ter realizado algo como um exercício de antropologia menos facínora, composta por coletivos múltiplos, habitando um cosmo de muitos outros, e assim procurando compreender o menor número de hierarquizações e universalizações possíveis, não recorrendo aos jargões clássicos já esgotados de releituras e procedimentos reparadores.

Se eu comecei falando de controvérsias, agora eu termino falando de intrusão (STENGERS, 2015), num sentido “stengeriano”, onde já não há depois, mas sim o aqui e o agora. E agora é que devemos aprender a responder e fomentar ou estimular práticas cooperativas para com aqueles e aquelas (humanos e não-humanos) que saibam compor com Gaia, e proponham que no momento de realização da destruição deste mundo, seja possível construir diálogos e reconstituir a possibilidade de outros mundos possíveis (BLAZER; DE LA CADENA, 2018, p. 4; STENGERS, 2015, *passim*).

A febre amarela é só mais um exemplo, dentre muitos outros, de intrusão neste mundo ocidental que não está preparado para lidar com a atribuição de responsabilidade da atividade antrópica; para com a emergência do antropoceno; para com a assembleia de viventes que é delegada ao enclastre das coisas, da reificação. Se um macaco, um vírus e um mosquito puderam bagunçar tantas instituições, tantos órgãos, tantos especialistas, etc., é sinal de que devemos nos preocupar e nos comprometer para com algo além do excepcionalismo humano que nos cega (TSING, 2015, *passim*).

E aqui fica o desejo da reconfiguração das ciências, das políticas e das mídias que abarcam a febre amarela e os macacos, mas não só. Pouco me importa quantos especialistas foram necessários para a configuração dos fatos aqui expostos, pouco me importa o Estado, os advogados do direito animal, as empresas de capital fechado, os infectologistas, os primatólogos, a Organização Mundial da Saúde, “contanto que eles se pronunciem todos sobre a mesma coisa, sobre este quase-objeto que criaram juntos, este objeto-discurso-natureza-sociedade cujas novas propriedades espantam a todos” (LATOURE, 1994, p. 142), e cuja a rede se estende da televisão ligada no jornal matutino da minha sala; ao meu *feed* do facebook; perpassando a química dos peptídeos; a constituição brasileira de 1988, a crise do Antropoceno; as guerras frias; aos Rockefeller; a dupla falência do ano de 1989; e ao imperialismo, colonialismo e neocolonialismo. A pedra rejeitada pelos construtores tornou-se a pedra angular (LATOURE, 1994, *passim*). E, talvez, nós possamos de fato



vislumbrar “algo do ponto de vista das bordas produtivas e desordenadas: as costuras do império” (TSING, 2015, p. 194) e, quem sabe, não descobramos e constatamos que “o imperador está nu”.

Referências

Agência Estado. Pesquisa da Fiocruz aponta risco de volta da febre amarela urbana. **Correio Braziliense**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/UpUEQj>>. Acesso em: 23 de outubro. de 2018.

BRASIL. Febre amarela sintomas transmissão e prevenção. **Ministério da Saúde**, 2014 Disponível em: <<https://bitly.com/1tgyu>>. Acesso em: 20 de fevereiro. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde declara fim do surto de febre amarela. **Ministério da Saúde**, 2017. Disponível em: <<https://bitly.com/zlbZf>>. Acesso em: 15 de janeiro. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde declara fim do surto de febre amarela. **Ministério da Saúde**, 2018a. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ow1Mbb>>. Acesso em: 23 de março. de 2018.

BRASIL. Folha confunde conceitos de surto e endemia. **Ministério da Saúde**, 2018b. Disponível em: <<https://bit.ly/2yr7pTG>>. Acesso em: 08 de março. 2018.

BRASIL. Ministério da saúde anuncia mudanças na vacinação contra a febre amarela, **Ministério da Saúde**, 2018c. Disponível em: <<https://bitly.com/l94DU>>. Acesso em: 20 de dez. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde divulga balanço de um ano de febre amarela. **Ministério da Saúde**, 2018d. Disponível em: <<https://bit.ly/2uUZT2d>>. Acesso em: 15 de novembro. de 2018.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Chimpanzés em juízo: pessoas, coisa e diferenças. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 65-102, jan./jun. 2011.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Febre amarela: A doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol. Introducion: Pluriverse – Proposals for a World of Many Worlds. In: _____. (Ed.). **A World of Many Wolrds**. Durham: Duke University Press, 2018. p. 1-22.

CARNEIRO, Júlia Dias. Febre amarela pode acelerar extinção de macacos ameaçados. **BBC Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40024332>>. Acesso em: 23 de outubro. de 2018.

DANOWISKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há um mundo por vir?** Rio de Janeiro: Cultura e Barbárie, 2014.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.



DOMINGOS, Roney. Receita natural imuniza contra a febre amarela ou cura a doença? Não é verdade! **G1**, 2018a. Disponível em: <<https://bitly.com/90rAh>>. Acesso em: 15 de novembro. de 2018.

DOMINGOS, Roney. Fiocruz diz que mutações do vírus afetam eficácia da vacina contra a febre amarela? Não é verdade! **G1**, 2018b. Disponível em: <<https://bitly.com/7kYJ>>. Acesso em: 14 de junho. de 2018.

DOOREN, Thom van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atividade. Trad. Susana Oliveira Dias. **ClimaCom** [online], Campinas, Incertezas, ano. 3, n. 7, pp.39-66, dez. 2016.

DORNELLES, Camille. Fiocruz esclarece notícias falsas sobre febre amarela. **Pleno News**, 2018. Disponível em: <<https://bitly.com/gfQhz>>. Acesso em: 14 de junho. de 2018.

Febre amarela mata todos os macacos bugios do Parque Horto Florestal, na Zona Norte de SP. **Bom Dia SP**, 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2ulmQSN>>. Acesso em: 03 de fevereiro. de 2018.

FERREIRA, Karla Vanessa Ferreira.; et al. Histórico da febre amarela no Brasil e a importância da vacinação anti-amarela. **Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde**, v.36, n.1, p. 40-47, jan/abr. 2011.

FREIRES, Elaine. Especialistas estimam volta dos macacos bugios ao habitat natural. **Band UOL**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2YySYWt>>. Acesso em: 10 de dezembro. de 2018.

GARCIA, Uirá. Macacos também choram, ou esboço para um conceito ameríndio de espécie. **Revista de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.69, p.179-204, abr. 2018.

HARAWAY, Donna. A Partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun, 2011.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org). **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2016.

HARAWAY, Donna. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? **Ponto Urbe** [online]. 2011.

_____. **Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science**. New York: Routledge, 1989.

_____. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Others**. Chicago: Prickly Paradigm, 2003.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**, In: RBCS, 28. 1995.

_____. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge. 2000.

JANSEN, Roberta. País enfrenta epidemia de notícias falsas sobre febre amarela. **Estadão**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2L3ddDZ>>. Acesso em: 14 de junho. de 2018.



JESUS, Carlos Frederico Ramos de. O animal não-humano: sujeito ou objeto de direito? **Diversitas**, v.5. 2016.

KAFKA, Franz. Um relatório para uma Academia. In: _____. **Um médico rural**. Trad. Modesto Carone. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 57-67.

KOHN, Eduardo. Como os cães sonham. **Ponto Urbe** (online). dezembro/2016.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: A produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora**: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. **Reassembling the social**: an introduction actor-network theory. Oxford: Oxford University Press, 2015.

_____. **Ciência em ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Cogitamus**: Seis cartas sobre as humanidades científicas. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.

LEAL, Sayonara; VARGAS, Eduardo Raupp de. Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileira de Televisão Digital – SBDTV. **Revista Sociedade e Estado** – vol 26, nº 2, maio/agosto. 2011.

LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

Macacos são mortos a pauladas em SP por medo da febre amarela. **Veja**, 2017. Disponível em: <<https://abr.ai/2xu5Wvd>>. Acesso em: 15 de março. de 2018.

Mapa genético do macaco bonobo é 98,7% igual ao humano, diz pesquisa. **G1**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/X01sG>>. Acesso em: 12 de maio. de 2017.

MARTÍN, Maria. Febre amarela desata caça bárbara contra macacos no Rio. **El País Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2rKAZQn>>. Acesso em: 23 de setembro. de 2018.

MASSUMI, Brian. **O que os animais nos ensinam sobre política**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

Ministério da Saúde (BR). **Monitoramento do período sazonal de febre amarela** - Informe - Nº 19/2017/2018. Disponível em: <<https://bitly.com/qmur7>>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

MORIYAMA, Victor. Surto de febre amarela está dizimando bugios de São Paulo. **National Geographic**, 2018. Disponível em: <<https://bitly.com/jpl7D>>. Acesso em: 12 de dezembro. de 2018.



MOURA, Bruno Costa. 2018. **O surto de febre amarela e suas controvérsias sociotécnicas**: ciência, sociedade, humanos e não-humanos em debate. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Universidade Federal de São Paulo.

NODARI, Alexandre. A literatura como antropologia especulativa. **Revista da Anpoll** n°38, p. 75-85. 2015.

OKUMURA, Renata; PENNAFORT, Roberta. Quase 70% dos macacos mortos no Rio foram vítimas de violência humana. **Estadão**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2H7Eov9>. Acesso em: 01 de junho. de 2018.

Os desafios da cadeia de frio na indústria farmacêutica. **Fiocruz**, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/dzPv5o>. Acesso em: 23 de outubro. de 2018.

Rio lança campanha contra a morte de macacos. **Bom Dia Rio**, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/9e545>. Acesso em: 14 de junho. de 2018.

SÁ, Guilherme. **No mesmo galho**: Antropologia de coletivos e animais. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

Secretária de Saúde confirma morte de macaco por febre amarela em Castro. **G1 PR**, 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2YDtFej>. Acesso em: 04 de abr. de 2019.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes** – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

_____. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018a.

_____. The Challenge of Ontological Politics. In: **A World of Many Worlds**. (Ed.). A World of Many Worlds. Durham: Duke University Press, 2018b. p. 83-11.

TOMAZELA, José Maria. Febre amarela provoca caça e mortes de macacos. **O Estado de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/7HiwPn>. Acesso em: 05 de mai. de 2017.

TSING, Anna. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.117-201, 25 nov. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p117>.

TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World** – on the Possibility of Life in Capitalist Ruins. New Jersey: Princenton University Press, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem** - e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. 2002.

_____. **Metafísicas Canibais** — elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

[1] Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: cassandra.moira@outlook.com



[2] Agradeço ao apoio da FAPESP – 2018/2019, processo nº 208/00580-0. E também ao PIBIC (CNPQ) - no período de agosto/2017 a abril/2018.

[3] “O Brasil não registra casos de febre amarela desde junho, quando foi confirmado o último caso da doença no Espírito Santo. O anúncio do fim do surto foi feito nesta quarta-feira (6) pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, durante a apresentação do novo boletim epidemiológico sobre a situação da doença no país.” (BRASIL, 2017)

[4] O surto “atual” de febre amarela no Brasil, além de contaminar inúmeros seres humanos, através de seu vetor - o mosquito - (principalmente as espécies *Haemagogus* e *Aedes aegypti*, sendo a primeira responsável pela maioria dos casos de febre amarela silvestre, e a segunda pela maioria dos casos de febre amarela urbana), também contaminou diversas espécies de primatas, o que fez com que muitos morressem pela doença, mas que também fossem mortos pelas populações locais temerárias por sua saúde. Boa parte dos macacos vitimados são os chamados bugios, do gênero *Alouatta*.

[5] “A expressão caixa preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito do qual não é preciso saber nada, a não ser o que entra nela e o que dela sai.” (LATOURET, 1997, p.14)

[6] “O problema com a ontologia não é o conhecimento ou a representação, mas o comprometimento com e para um mundo. E esse comprometimento não é implícito ou inconsciente, como as pressuposições epistemológicas são frequentemente caracterizadas, mas uma questão de compromisso com obrigações que podem, se necessário, se tornar uma 'causa', aquilo pelo qual você vive e pode morrer.” (STENGERS, 2018b, p.35, tradução nossa)

[7] “Em suas conotações linguísticas e material, refere-se a todos os deslocamentos por entre os autores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. [...] as cadeias de translação referem-se ao trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses.” (LATOURET, 2001, p.356)

[8] “[...] acreditava-se na época que os surtos epidêmicos de doenças como a febre amarela se davam por conta das condições precárias de higiene nas cidades. Doenças essas que eram contraídas por meio de miasmas - “os pântanos eram considerados os principais focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que veiculavam os agentes causadores da febre amarela e de outras doenças.” (BENCHIMOL, 2001, p.30) Submetendo assim o crescimento da cidade que outrora fora espontâneo, a regulamentação por meio de leis e normas, convencidos de que uma metrópole salubre e moderna findaria com qualquer possibilidade de recorrência das epidemias amarílicas. As teorias em voga da época se dividiam entre os contagionistas e anti contagionistas, higienistas e religiosos, mesclando crenças na punição divina e na bestialidade do novo continente, com a escravidão e a luta abolicionista, às políticas de saneamento na cidade e a próxima revolução industrial a começar. O Brasil vai se fazendo presente no debate epidemiológico, e a febre amarela vai marcando a historiografia do país, agenciando indiscriminadamente política, história, religião, ciência e economia, deixando de estar presente em epidemias isoladas e se tornando um problema de caráter nacional.” (MOURA, 2019, p.13)

[9] “Um *daedalium*, palavra grega empregada para descrever o labirinto, é uma coisa curva, avessa à linha reta, engenhosa, mas falsa; bonita, mas forçada. Dédalo é um inventor de contrafações: estátuas que parecem vivas, robôs-soldados que patrulham Creta, uma antiga versão da engenharia genética que permite ao touro de Poseidon emprenhar Pasifaé, que parará o Minotauro. Para este ele construirá o labirinto – de onde, graças ao conjunto de máquinas, conseguirá escapar, em caminho, perdendo o filho Ícaro”. (LATOURET, 2001, p.201)

[10] Aqui tomamos esperanto o conceito de políticas ontológicas e readequamos ao caráter de controvérsias. Por isso, devemos entender que ontologia política: “Opera na presunção de mundos divergentes que emergem constantemente através de negociações, enredamentos, cruzamentos e interrupções. Pergunta-se como essas práticas acontecem e com quais consequências. A Ontologia Política representa, portanto, simultaneamente, o retrabalho de um imaginário político (o pluriverso), um campo de estudo e intervenção (o terreno carregado de poder dos mundos emaranhados e suas dinâmicas) e uma modalidade de análise e crítica com a qual está permanentemente preocupado,



seus próprios efeitos em uma prática mundificadora.” (BLASER; DE LA CADENA, 2018, p.6, tradução nossa)

[11] “Stengers explica que as demandas da ‘ontologia política’ excedem sua concepção original. Concordamos: usamos a ‘ontologia política’ para sugerir uma política entre mundos heterogêneos e chamamos isso de cosmopolítica, uma noção em que os cosmos sempre são uma condição emergente resultante de desacordos entre práticas mundificadoras divergentes que participam da discussão. (BLASER; DE LA CADENA, 2018, p.12, tradução nossa)

[12] O Antropoceno, para citar Anna Tsing (2015), é o nome proposto para uma época geológica (atual) em que os humanos se tornaram a principal força que determina a continuidade da vida na Terra. A palavra conta uma grande história: arranjos de vida que levaram milhões de anos para serem colocados estão sendo desfeitos num piscar de olhos. A arrogância dos conquistadores e das corporações torna incerto o que podemos deixar às próximas gerações, humanos e não-humanas.

[13] “A função dos cientistas, portanto, é dar uma oportunidade para que os animais possam se desvelar, ou seja, é o primeiro passo para torná-los públicos.” (SÁ, 2013, p.107)

[14] “[...] talvez a partilha do sofrimento se refira a crescer para fazer o tipo de trabalho que também é o jogo duro, caro, que leva tempo, de ficar com todas as complexidades para todos os atores, mesmo sabendo que não será nunca totalmente possível, totalmente calculável. Ficar com as complexidades não significa não agir, não fazer pesquisa, não se envolver em alguns, aliás, muitos, relacionamentos instrumentais desiguais; significa aprender a viver e pensar em abertura prática para a dor e mortalidade compartilhadas e aprender o que esse viver e pensar ensinam.” (HARAWAY, 2011, p.35)

[15] “A partir de meados do século XX até o presente momento o nome *Alouatta* vem sendo utilizado pelos autores à exceção de poucos, em particular, MIRANDA-RIBEIRO (1914), o qual levantou algumas questões sobre o nome correto para indicar os macacos bugios, MIRANDA-RIBEIRO (1914) argumentou que o nome *CEBUS* deveria ser o correto para os macacos bugios, pois ERXLEBEN (1777) ao descrevê-lo, colocou primeiramente em sua lista de espécies, *Cebus belzebul* e *C. seniculus*. O argumento apresentado por MIRANDA-RIBEIRO (1914) não tem fundamento, pois se baseia na relação entre a espécie-tipo e a sua posição na lista fornecida pelo autor, e não em sua designação propriamente dita. Considerando a indicação de *Simia belzebul* como sua espécie tipo (por monotipia) e a caracterização inequívoca feita por LACÉPEDE (1799), *Alouatta* deve ser o nome mantido para os macacos bugios.” (GREGORIN, 2006, p.72)

[16] “Lei nº 5.197/67 (Código de Fauna), ao dispor em seu art. 1º: ‘Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.’”

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saída qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

[17] “A domesticação é geralmente compreendida como o controle humano sobre outras espécies. Que tais relações podem também transformar os humanos é algo frequentemente ignorado. Além disso, tende-se a imaginar a domesticação como uma linha divisória: ou você está do lado humano, ou do lado selvagem.” (TSING, 2015, p.184)

[18] *Bandersnatch* é uma criatura fictícia idealizada pelo romancista Lewis Carroll, aparecendo em suas obras: “Alice Através do Espelho e O Que Ela Encontrou Por Lá” (1871) e “A Caça ao Snark” (1874). Lewis é conhecido por criar suas próprias palavras e *bandersnatch* não foge à regra, caracterizado como um animal mítico, feroz, mas também fabuloso, e incorruptível.

[19] “Minha sugestão é que agência é o princípio que integra todas essas distinções num esquema unitário e faz, literalmente, toda a diferença. E a discussão anterior acerca da noção de *subjectum*



juris deixa claro que a agência humana é a única forma concebível de agência no direito ocidental.” (BEVILAQUA, 2011, p.98)

[20] “‘Seria tão absurdo’, escreve Bergson, “recusar a consciência de um animal, pelo fato dele não ter cérebro, quanto declará-lo incapaz de se alimentar pelo fato de não ter estômago.” (BERGSON apud MASSUMI, 2005)

[21] Não há como combater uma formulação etnocêntrica apegando-se a representações universalistas como realidade e racionalidade, previamente associadas a uma ontologia introjetada. Mais do que relativizar as representações que temos acerca dos havaianos ou da ciência é preciso relacioná-los com suas ontologias. (SÁ, 2013, p.176)

[22] “Relacionar os muriquis aos babuínos ou aos gorilas, chimpanzés ou mesmo aos humanos não significa confrontar duas unidades, pois agir desta forma seria contribuir com mero jogo de troca e comparação identitária.” (SÁ, 2013, p.117)

[23] “Dentro da lógica do sacrifício, só os seres humanos são assassinados. Os humanos podem e devem responder uns aos outros e talvez evitar a crueldade deliberada com outros seres vivos, quando é conveniente, a fim de evitar danos à sua própria humanidade [...] todo ser vivo exceto o Homem pode ser matado, mas não assassinado. [...] tudo menos o Homem vive no reino da reação e, portanto, o cálculo; tanto da dor animal, tanto de bem humano, some tudo, mate tantos animais, chame isso de sacrifício. Faça a mesma coisa para as pessoas e elas perderão sua humanidade.” (HARAWAY, 2011, p.39)

[24] “[...] elas jamais imaginariam que às fronteiras da humanidade coincidissem com os limites da espécie humana e, a exemplo dos achuar e dos cree, não hesitam em convidar ao coração de sua vida social a mais modesta das plantas, o mais humilde dos animais.” (DESCOLA, 2016, p.25)